



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2015.0000716495

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0033500-64.2011.8.26.0554, da Comarca de Santo André, em que é apelante/apelado MUNICIPIO DE SANTO ANDRÉ, são apelados/apelantes MARIA HELENA MORANTE, ALEX SANDRO MORANTE e LEANDRO VINICIUS MORANTE.

ACORDAM, em 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram, com determinação. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores TERESA RAMOS MARQUES (Presidente) e TORRES DE CARVALHO.

São Paulo, 21 de setembro de 2015.

ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação nº 0033500-64.2011.8.26.0554

Apelante/Apelado: Município de Santo André

Apdos/Aptes: Maria Helena Morante, Alex Sandro Morante e Leandro

Vinicius Morante

Comarca: Santo André

VOTO N. 5214/15

Embargos à execução de título judicial. Ação de indenização de danos materiais e morais. Acidente de trânsito. Alegação de danos e de morte de cônjuge e genitor em queda de veículo no Rio Tamanduateí, em vista da falta de guard rail. Competência das Câmaras de Direito Privado nos termos do art. 5º, III 15, da Resolução 623/2013 deste E. Tribunal de Justiça. Prevenção da 25ª Câmara de Direito Privado. Recurso não conhecido, com determinação de redistribuição.

VISTOS.

Contra sentença que acolheu parcialmente embargos à execução de título judicial para determinar novo cálculo da indenização por dano moral, mediante aplicação do salário mínimo vigente na data da sentença (dezembro/1999), fixar o valor da pensão mensal em R\$ 562,15, na data do evento danoso, com atualização pelo INPC ou índice que o substitua, fixar o valor do veículo em R\$ 2850,00, na data do evento danoso, determinar a atualização monetária das verbas pela tabela prática do TJSP para débitos judiciais em geral, determinar a aplicação dos juros de mora à taxa de 0,5% ao mês, no período de 15.11.1996 (evento danoso) a 11.01.2003, e de 1% ao mês a partir de 12.1.2003 (fls. 51/53) apelaram as partes. O Município de Santo André arguiu excesso de execução, pois é vedada a vinculação do montante indenizatório ao salário mínimo; disse que deve ser aplicado o valor do salário vigente à época do evento danoso, que o valor do veículo é de R\$ 2850,00 e que deve ser aplicada a Lei n. 11960/09 para o cálculo dos juros de mora e da correção monetária; subsidiariamente, requereu a condenação dos requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios, diante da maior sucumbência experimentada. Os autores apelaram adesivamente arguindo nulidade da sentença, pois era necessária a perícia contábil; disseram que o salário mínimo a ser considerado é o da data do pagamento, que a pensão mensal foi erroneamente calculada e que os juros de mora devem ser de 1% ao mês; requereram a exclusão dos ônus sucumbenciais. As partes apresentaram contra-razões.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

É o relatório.

Não se conhece do recurso. Trata-se de embargos à execução de sentença que julgou ação de indenização de danos materiais decorrentes de colisão de veículo particular em vista de falha na conservação de via pública municipal.

A Resolução 623/2013 do Egrégio Tribunal de justiça dispõe que:

Art. 5º - A seção de Direito Privado, formada por 19 (dezenove) Grupos, numerados ordinalmente, cada um deles integrado por 02 (duas) Câmaras, em ordem sucessiva, é constituída por 38 (trinta e oito) Câmaras, também numeradas ordinalmente, e subdividida em 3 (três) Subseções, assim distribuídas:

III – Terceira Subseção, composta pelas 25ª e 36ª Câmaras, com competência preferencial para o julgamento das seguintes matérias;

III.15 – Ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo, além da que cuida o parágrafo primeiro.

No mesmo sentido a jurisprudência dessa Corte:

“CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JULGAMENTO DE APELAÇÃO EM AÇÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS EM RAZÃO DE ACIDENTE ENVOLVENDO MOTORISTA DE ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DE EMPRESA PRIVADA, CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. LIDE QUE ENCERRA EXCLUSIVAMENTE ASPECTOS DE DIREITO PRIVADO. AUSÊNCIA DE DISCUSSÃO SOBRE RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO - PRECEDENTES DESTES C. ÓRGÃO ESPECIAL. CONFLITO PROCEDENTE, RECONHECIDA A COMPETÊNCIA DA C. 27.ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, SUSCITADA, NOS TERMOS DO PROVIMENTO CG Nº 63/2004, C.C. RESOLUÇÃO Nº 194/2004” (CC Nº 0275873- 08.2012.8.26.0000, REL. DES. LUIS GANZERLA)

“CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO (QUEDA DE MOTOCICLISTA EM VIA PÚBLICA). DEMANDA INDENIZATÓRIA MOVIDA CONTRA COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO QUE, CONTUDO, NÃO SE FUNDA NA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO (ART 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). COMPETÊNCIA RECURSAL AFERIDA PELO PEDIDO E PELA CAUSA DE PEDIR. COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS DE DIREITO PRIVADO III. ART 2º INCISO III, LETRA "C", DA RESOLUÇÃO Nº 194/2004, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 281/2006. DÚVIDA PROCEDENTE" (CC nº 0262970- 38.2012.8.26.0000, rel. Des. Elliot Akel).

Não bastasse, há prevenção da 25ª Câmara de Direito Privado (fls. 103/106 e 111/112), nos termos do artigo 105 e § 1º do Regimento Interno.

Ante o exposto, não se conhece do recurso e determina-se sua redistribuição.

ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ
RELATOR